

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

DATA DE ABERTURA: 02 de julho de 2019 às 14 horas

CREDENCIAMENTO: de 13h30min às 14h00min.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item

LOCAL: Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, localizada na Praça Cesário Alvim, 2º andar, Centro, nesta cidade.

A Prefeitura Municipal de Santos Dumont, com endereço na Praça Cesário Alvim, nº 02, Centro, inscrita no CNPJ 17.747.924/0001-59, isenta de inscrição estadual, através da Pregoeira Adriana Aparecida da Silva Pinto e respectiva Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 01 de 04 de janeiro de 2019, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº. 063/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 049/2019, nos termos da Lei 10.520/02, Lei Complementar 123/06, bem como os Decretos Municipais, subsidiariamente a Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislações correlatas. O tipo de julgamento será o de Menor Preço por item, conforme objeto Descrito no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

I - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação a **Futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender o Programa Nacional de Controle a Dengue - PNCD**, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, que faz parte integrante deste Edital.

II - EDITAL

2.1 - Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante:

a) **Anexo I** - Termo de Referência.

b) **Anexo II** - Modelo de Carta de Credenciamento.

c) **Anexo III** - Modelo de Proposta Comercial.

d) **Anexo IV** - Modelo de Declaração de que não emprega menores de dezoito anos

e) **Anexo V** - Modelo de Declaração de Habilitação e de Fato Impeditivo.

f) **Anexo VI** - Minuta da Ata de Registro de Preços.

III - ÓRGÃO SOLICITANTE

3.1- Secretaria Municipal de Saúde.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar desta licitação as **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.1.1 - No caso de não comparecimento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar as demais empresas do ramo.

4.2 - Poderão participar da Sessão Oficial do Pregão Presencial os representantes efetivamente credenciados.

4.3 - Não poderão participar da presente licitação as empresas:

a) Suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração, ou declaradas inidôneas por ato do Poder Público de qualquer esfera.

- b) Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.
- c) Que incidirem no disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

4.4 - A observância das vedações é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo seu descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

V - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE "PROPOSTA COMERCIAL" E "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

5.1 - Os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" deverão ser entregues à Pregoeira no momento do Credenciamento para este certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desclassificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01
À PREFEITURA DE SANTOS DUMONT/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019
"PROPOSTA DE PREÇOS"
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

ENVELOPE Nº 02
À PREFEITURA DE SANTOS DUMONT/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019
"DOCUMENTAÇÃO"
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

VI - CREDENCIAMENTO

6.1 - O credenciamento e entrega dos envelopes será das 13h e 30 min. as 14 horas da data marcada para abertura dos envelopes mencionados na Cláusula V do presente Edital.

6.2 - Tratando-se de representante legal ou sócio proprietário deverá apresentar o contrato social e sua última alteração ou outro instrumento de registro comercial em vigor, registrado na Junta Comercial. Em se tratando de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.3 - Os representantes das Empresas deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munidos de carteira de identidade ou documento legal equivalente e Carta de Credenciamento - modelo Anexo II, dando poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame em nome do licitante.

6.4 - O sócio, proprietário ou dirigente da Empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente.

6.5 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Pregoeira implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

6.6 - As empresas que não tiverem representante para participação da Sessão Pública do Pregão deverão apresentar os documentos relacionados nos itens 6.2 e 6.7 fora dos envelopes de proposta e habilitação, e automaticamente terão seus preços finais registrados de acordo com os apresentados nas Propostas Comerciais, não podendo dar lances ou questionar sobre possíveis recursos administrativos.

6.7 - Deverá ser apresentado junto ao credenciamento, declaração de habilitação e de inexistência de fato impeditivo, conforme modelo do Anexo V.

6.8 – O enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser demonstrado mediante a apresentação de Certidão que comprove tal condição, emitida pelo órgão competente, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

6.8.1 - Nos termos do art. 8º da Instrução Normativa 103/07-DNRC, a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade registrados nas juntas comerciais será efetuada mediante apresentação de Certidão expedida pela Junta Comercial do Estado onde se situa a empresa licitante.

6.8.2 - O microempreendedor individual poderá apresentar apenas o contrato social.

6.8.3 - As empresas optantes pelo simples nacional poderão apresentar o recibo de entrega no Simples (último recibo exigível).

6.9 - A não apresentação de um dos documentos constantes do item 6.8, impedirá a empresa de participar do certame, salvo o não comparecimento de nenhuma Micro ou Pequena Empresa.

6.10 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, com exceção dos extraídos pela internet.

6.10.1 - Será admitida cópia da cópia autenticada pelo cartório competente, desde que apresentada a cópia autenticada.

VII - DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO.

7.1 - Aberta a sessão que será conduzida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, esta fará conferência dos envelopes dos licitantes credenciados, quanto a sua inviolabilidade, momento em que dar-se-á início a fase de classificação com a abertura do ENVELOPE Nº 01.

VIII - DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 - A proposta comercial deverá ser redigida em uma via, em papel timbrado da empresa, se houver, com carimbo do CNPJ, endereço, telefone e e-mail, com clareza, sem emendas, acréscimos, rasuras, borrões ou ressalvas, nem entrelinhas e condições escritas à margem, rubricada, datada e assinada pelo proponente.

8.2 - A proposta deverá apresentar:

a) Preço por item, em numeral, contendo especificações detalhadas do objeto cotado, com todas as características, classificação, marca, valor total da proposta em numeral e por extenso de acordo com a descrição contida no Anexo III do presente Edital;

b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;

c) Prazo de entrega do objeto não superior a 07(sete) dias, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

d) Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, com 02(duas) casas decimais;

e) Declaração de que os produtos ofertados são 100% (cem por cento) novos e originais de fábrica;

f)-Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta, amostra dos itens para análise e aceitação do produto por parte da Secretaria solicitante. Aquele que não apresentá-la automaticamente estará desclassificado.

g) Declaração que no(s) preço(s) proposto(s) estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o Município de Santos Dumont/MG, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

8.3 - Serão desclassificadas as propostas que não se enquadrem nas especificações exigidas, que apresentarem preços excessivos (incompatíveis com os preços de mercado) ou que se mostrem manifestamente inexequíveis (art. 48 da Lei nº 8.666/93).

8.4 - A proposta deverá seguir o modelo ANEXO III.

8.5 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

IX - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.1.1 - CNPJ.

9.1.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

9.1.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

9.1.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja **Contribuições Previdenciárias**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

9.1.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal (CRF).

9.1.6 - Certidão de Regularidade de Débitos **Trabalhistas** emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

9.2 - Qualificação Econômico-Financeira e Técnica:

9.2.1 - **Atestado de capacidade técnica**, compatível com o objeto da licitação que comprove que a licitante tenha fornecido objeto igual ou similar para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, e tenha atendido a todos os quesitos inclusive quanto ao prazo de entrega.

9.2.2 - **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica;

9.2.3 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante - Modelo Anexo IV.

9.3 - A Pregoeira poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação, bem como realizar diligências para sanar quaisquer dúvidas.

9.4 - Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.

9.5 - Será admitida cópia da cópia autenticada pelo cartório competente, desde que apresentada a cópia autenticada.

9.6 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de abertura do Pregão, com exceção do CNPJ e atestado.

9.7 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, salvo hipótese do art. 43 da Lei 123/06.

9.8 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

X - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 - Após o credenciamento e identificação dos representantes das Empresas licitantes, a Pregoeira, no horário previsto, será aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais se aceitará novos proponentes, dando início à abertura dos envelopes contendo a "Proposta Comercial" exclusivamente dos participantes devidamente credenciados ou que não tenham representante na sessão.

10.2 - Classificação das Propostas Comerciais:

10.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

10.2.2 - O autor da oferta de valor mais baixo e das ofertas com preço de até 10% (dez por cento) superiores aquela serão classificados para participarem dos lances verbais.

10.2.3 - Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03(três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

10.3 - Lances Verbais:

10.3.1 - Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

10.3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o desempate ocorrerá através de sorteio, exceto na situação prevista no § 2º do art. 44, da LC 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.3.3 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, o outro registrado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.3.4 - Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, essa poderá ser aceita.

10.4 - Julgamento:

10.4.1 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço por item, os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

10.4.2 - Ao declarar encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

10.4.3 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

10.4.4 - Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira deverá negociar particularmente com o detentor da mesma para que seja obtido melhor preço.

10.4.5 - Sendo aceitável a oferta de Menor Preço por Item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

10.4.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto proposto.

10.4.7 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital.

10.4.8 - Os licitantes remanescentes terão seus preços registrados e poderão ser convocados para assinarem Ata de Registro de Preços, caso ocorra à desistência do primeiro colocado ou cancelamento da Ata.

10.4.9 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

10.4.10 - Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição e após assinatura da Ata pelo licitante vencedor, a Pregoeira deixará à disposição dos licitantes julgados desclassificados os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", para retirá-los.

XI - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

11.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

11.2 - A apresentação de impugnação contra o Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos em lei, devendo ser entregue diretamente a Pregoeira.

11.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

11.4 - Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala de Licitação.

11.4.1- A razões e contrarrazões dos recursos poderão ser enviadas através de e-mail para o endereço licitacao@santosdumont.mg.gov.br.

11.5 - O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03(três) dias, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.6 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

11.7 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fac-símile ou correio eletrônico (e-mail).

XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação do objeto licitado será feita pelo menor preço por item.

12.2 - Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

12.3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIII - ENTREGA E PAGAMENTO

13.1-Os produtos a serem utilizados pela Secretaria de Saúde serão repassados por Ordem de Fornecimento e os quantitativos serão conforme as necessidades da Secretaria de Saúde;

13.2-Os produtos deverão ser entregues direto no Almoxarifado da Saúde, sito a Rua Quinze de Fevereiro, nº 1840, Bairro São Sebastião (referência Hospital Samaritano) no prazo de 07(sete) dias a contar da ordem de fornecimento;

13.3-O pagamento dos produtos fornecidos será feito em 30(trinta) dias, diretamente à Contratada mediante a comprovação da entrega e apresentação da Nota Fiscal ao setor competente.

13.4-Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

a) se disser respeito à especificação, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Em ambos os casos citados acima, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação para regularização da situação, mantendo o preço inicialmente contratado.

13.5-O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) assim que:

a) Os produtos forem recebidos, juntamente com a respectiva nota fiscal;

b) Os itens solicitados estejam em conformidade com a licitação, tanto no que se refere às marcas apresentadas durante o processo, bem como a qualidade dos itens, devendo-se observar a aparência do produto, embalagens em perfeitas condições (contendo prazo de garantia compatível com o solicitado);

c) Haja respeito às especificações da solicitação, como quantitativo, forma de armazenamento durante a entrega, e afins, satisfeitas as condições de entrega/recebimento e verificação, a respectiva nota fiscal será encaminhada para os setores competentes ao processo de pagamento – o trâmite deverá ser de no máximo 30 dias.

13.6-Eventuais atrasos na entrega do objeto deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

13.7-A fiscalização e consequente aceitação dos produtos serão executadas por funcionário(a) designada pela Secretaria solicitante, que atuará como responsável e atestará a qualidade dos produtos.

13.8-A Prefeitura Municipal de Santos Dumont reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório. Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos ou imperfeições, substituir de imediato o(s) produto(s), no prazo a ser determinado por esta Prefeitura, sob pena de rescisão do Contrato ou documento equivalente sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

13.9-Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13.10-Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos, etc.

13.11-É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do processo de licitação.

13.12-Das notas fiscais deverão constar o nº de conta- corrente do licitante, nº Banco e nº. da agência para fins de pagamento, quando será efetuada a transferência bancária pelo setor competente.

XIV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

14.1 - As despesas com a aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.28.02.10.304.0016.2170-3.3.90.30.00- Manutenção da Vigilância Sanitária – Ficha 548.

14.2 - O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 65 § 8º da Lei 8.666/93.

XV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - O licitante que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

15.2 - A recusa na assinatura do contrato, quando regularmente convocado, acarretará em multa de 1% (um por cento) do valor adjudicado.

XVI - CONDIÇÕES ESPECIAIS

16.1 - Da Participação da Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte.

16.1.1 - Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar 123/06 a presente Licitação destina-se exclusivamente a participação de Micro e Pequenas Empresas.

16.1.2 - Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.1.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da abertura da sessão, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.1.4 - A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

XVII - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

17.1 - Homologado o procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para firmar a Ata de Registro de Preços conforme minuta constante do Anexo VI.

17.2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pela Pregoeira, este examinará as propostas subsequentes e habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, podendo ainda, negociar o desconto nos preços ofertados.

17.3 - A Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG e a adjudicatária incluirá as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e legislação pertinente para a fiel execução do objeto licitado.

17.4 - A Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses a contar de sua assinatura.

17.5 - A Ata de Registro de Preços, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da

contratada com terceiros, sem autorização prévia da Prefeitura, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

17.6 - Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverão ser comunicadas à Prefeitura e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejará a rescisão da Ata de Registro de Preços.

17.7 - Os contratos decorrentes da presente ata de registro de preços serão substituídos pelos respectivos empenhos.

XVIII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - A inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado ensejará o cancelamento da Ata de Registro de Preços bem como nos casos previstos no art. 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

XIV- DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1-O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.2-A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances;

19.3-Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada;

19.4-Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;

19.5-Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

19.6-A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93;

19.6.1-Se houver solicitação de documentos, estes poderão ser enviados, no momento da sessão, via fac-símile, e, posteriormente, deverão ser enviados o Pregoeiro em até 48 (quarenta e oito) horas, em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

19.6.2-O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta;

19.7-A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.8-A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, sem que isso acarrete multa para administração.

19.9-A Prefeitura poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.10-Cópia deste instrumento convocatório poderá ser obtida através do endereço eletrônico:
www.santosdumont.mg.gov.br.

19.11-As Empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no endereço acima citado com vista a possíveis alterações e avisos;

19.12- Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do telefone (32) 3252-7400 – Ramal 314.

19.13-Fica eleito o foro da Comarca de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Santos Dumont, 07 de junho de 2019.

Adriana Aparecida da Silva Pinto
Pregoeira

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

OBJETO: Futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender o Programa Nacional de Controle a Dengue - PNCD, conforme descritivo abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Item
01	35	Par	Bota de PVC, cano médio, cor branca e ou preta, com forro em malha de poliéster, tamanhos variados (34 a 50). Com Certificado de Aprovação atualizado. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
02	100	Par	Botina de segurança, confeccionada em couro vaqueta com curtimento atravessado, 1,8/2,0 mm linhas de de espessura, fechamento em elástico, forração em tecido não tecido transpirável, palmilha de montagem em poliéster resinado fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), solado em PU / borracha Nitrilica com sistema de absorção de impacto, injetado ao cabedal, com Certificado de Aprovação atualizado. Numeração 33 a 45. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
03	30	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo sapato, impermeável, confeccionado em material polimérico (EVA), solado de borracha antiderrapante, resistente à absorção de energia e ao óleo combustível. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
04	50	Unid.	Capa de chuva, tamanho padrão – M, G e EGG, cor amarela, confeccionada em tela de poliéster, revestido de PVC em ambas as faces, com capuz fixo, manga longa, fechamento frontal por botões plásticos de pressão, costura eletrônica. Com Certificado de Aprovação (CA) do MTE, impresso no material juntamente com o nome do fabricante com CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
05	15	Conj.	Conjunto 50 lavadas, composto por blusão e calça, confeccionados em sarja mista com tratamento hidrorrepelente, boné árabe com viseira, mangas longas do tipo raglan, com fechamento no pescoço em velcro, avental de PVC, calça com reforço em lona de algodão, nylon resinado ou PVC. CA atualizado. Blusão: 29728 Calça: 30124. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
06	200	Unid.	Filtro de proteção respiratória, classe 1, vapores orgânicos, poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida com CA. ▶ TRAZER MOSTRA DO MATERIAL.
07	200	Par	Luva de segurança, tricotada em fio de algodão e aramida (anti-corte) na palma, dedos e dorso. Revestimento nitrílico granulado da palma e dedos. Punho em helanca. Tamanhos: P,M,G e EGG. Com CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
08	100	Unid.	Oculos de segurança, em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis. Com Certificado de Aprovação atualizado. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
09	500	Frasco 120 ml	Protetor e bloqueador solar, FPS 30, com repelente de insetos, FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) e CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.
10	12	Unid.	Respirador semi facial, dotado de 03 (três) aberturas: duas laterais, sendo uma em cada lado dotadas de válvulas de exalação, e a outra em sua parte centro inferior dotada de 01 (uma) válvula de inalação e encaixe do tipo rosca para colocação do filtro. A máscara facial deve vir acompanhada de 01 (um) filtro combinado Químico/Mecânico para vapores orgânicos/gases ácidos + filtro P2 (poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida). Com Certificado de Aprovação. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Esta aquisição se justifica pela necessidade de proteger os agentes de endemias da Secretaria de Saúde contra os agentes químicos, físicos, biológicos e ergonômicos.

AVALIAÇÃO DE CUSTO

Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de mercado junto a empresas do ramo apurando-se o valor médio estimado de **R\$ 70.396,25**(setenta mil e trezentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme orçamentos em anexo.

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser elaborada contemplando as quantidades, marca, especificação detalhada do objeto, valor unitário e valor total.

Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta, amostra dos itens para análise e aceitação do produto por parte da Secretaria solicitante. Aquele que não apresentá-la automaticamente estará desclassificado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

No ano de 2019 as despesas com a aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.28.02.10.304.0016.2170-3.3.90.30.00 – Manutenção da Vigilância Sanitária. Ficha 548.

O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 65 §8º da Lei 8666/93.

DA MODALIDADE

Por se tratar de aquisições futuras, eventuais e parceladas, nas quais não é possível definir imediatamente o quantitativo a ser demandado pela administração, a licitação deverá ser realizada através de Pregão para Registro de Preços.

DA VIGÊNCIA.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

METODOLOGIA.

O critério de aceitação das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, levando-se ainda em consideração, marca, especificações do objeto bem como a qualidade dos produtos.

DA DOCUMENTAÇÃO

Além da documentação usualmente solicitada para fins de participação nos certames licitatórios, solicitamos a inclusão dos seguintes documentos:

Atestado de capacidade técnica, por entender que apesar de facultativo, tal documento se faz necessário haja vista que existem várias empresas que atuam em diversos ramos. Em se tratando de materiais Permanentes, onde sua durabilidade deve ser maior que o habitual, é prudente que esta Administração confirme se realmente a empresa a ser contratada tem tal atividade como rotineira, o que pode ser verificado através da apresentação do atestado de capacidade técnica.

DA PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Nos termos do art. 48 I da Lei Complementar 123/06, a presente licitação destina-se exclusivamente à participação de Micro e Pequenas Empresas.

Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data da abertura da sessão, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação

DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

Os produtos a serem utilizados pela Secretaria de Saúde serão repassados por Ordem de Fornecimento e os quantitativos serão conforme as necessidades da Secretaria de Saúde;

Os produtos deverão ser entregues direto no Almoxarifado da Saúde, sito a Rua Quinze de Fevereiro, nº 1840, Bairro São Sebastião (referência Hospital Samaritano) no prazo de 07(sete) dias a contar da ordem de fornecimento;

O pagamento dos produtos fornecidos será feito em 30(trinta) dias, diretamente à Contratada mediante a comprovação da entrega e apresentação da Nota Fiscal ao setor competente.

Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

a) se disser respeito à especificação, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Em ambos os casos citados acima, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação para regularização da situação, mantendo o preço inicialmente contratado.

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) assim que:

a) Os produtos forem recebidos, juntamente com a respectiva nota fiscal;

b) Os itens solicitados estejam em conformidade com a licitação, tanto no que se refere às marcas apresentadas durante o processo, bem como a qualidade dos itens, devendo-se observar a aparência do produto, embalagens em perfeitas condições (contendo prazo de garantia compatível com o solicitado);

c) Haja respeito às especificações da solicitação, como quantitativo, forma de armazenamento durante a entrega, e afins, satisfeitas as condições de entrega/recebimento e verificação, a respectiva nota fiscal será encaminhada para os setores competentes ao processo de pagamento – o trâmite deverá ser de no máximo 30 dias.

Eventuais atrasos na entrega do objeto deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

A fiscalização e consequente aceitação dos produtos serão executadas por funcionário(a) designada pela Secretaria solicitante, que atuará como responsável e atestará a qualidade dos produtos.

A Prefeitura Municipal de Santos Dumont reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório. Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos ou imperfeições, substituir de imediato o(s) produto(s), no prazo a ser determinado por esta Prefeitura, sob pena de rescisão do Contrato ou documento equivalente sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos, etc.

É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do processo de licitação. Das notas fiscais deverão constar o nº de conta- corrente do licitante, nº Banco e nº. da agência para fins de pagamento, quando será efetuada a transferência bancária pelo setor competente.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

O fornecimento do objeto licitado será efetuado pelo fornecedor obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Os produtos deverão ser entregues conforme a solicitação da secretaria;
- b) Fornecer os produtos de acordo com o contido nas especificações da Ordem de Fornecimento, sem o que não serão aceitos pela Administração;
- c) Todas as despesas, dentre as quais os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Ata de Registro de Preços;
- d) Acondicionar os produtos de forma adequada e resistente;
- e) Regularizar imediatamente, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, se verificadas irregularidades posteriores ao fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
- f) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;
- g) Cobrir a garantia dada aos produtos, repondo-os imediatamente enquanto tramita o processo de garantia.

DA FISCALIZAÇÃO

Serão responsáveis pela fiscalização da(s) Atas de registro (contrato) funcionários designados pelas Secretarias solicitantes.

DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Administração Municipal, poderá, sem prejuízo da rescisão contratual e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis.

Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

Advertência;
Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades;

Multa nos seguintes percentuais:

0,33% por dia sobre o valor do empenho, até o 10º dia de atraso na entrega do material, ou falta de reposição do produto no caso de defeitos;
10% sobre o valor do empenho, no caso do atraso superior a 10 dias;
30% sobre o valor do empenho no caso da adjudicatária injustificadamente desistir do mesmo ou causar a sua rescisão;

O valor das multas aplicadas deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

CONDIÇÕES GERAIS

No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas, pertinentes à entrega do objeto, caso necessitar de troca, as despesas também, ficam a cargo da detentora.

Os itens e quantidades relacionados são meramente estimativos e visam registrar o maior número possível de produtos utilizados pelo Município, podendo a Administração adquirir menor quantidade durante a vigência da Ata.

Santos Dumont, 07 de junho de 2019.

Cláudia de Aquino Paschoal
Diretora da Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II
MODELO CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2019

PROCURAÇÃO

A empresa _____ (nome da proponente), CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, neste ato representado pelo Sr(a). _____ (sócios ou diretores com qualificação completa: NOME, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), nomeia e constitui seu(a) Procurador(a) o(a) Sr(a). _____ (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos e gerais poderes para, junto ao Município de Santos Dumont/MG, praticar os atos necessários com vistas à participação do outorgante na licitação, modalidade Pregão Presencial, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, apresentarem lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome e Ass. do Representante Legal

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 049/2019

Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG

RAZÃO SOCIAL: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____

TEL: _____

E-MAIL: _____

Objeto: Futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender o Programa Nacional de Controle a Dengue - PNCD, conforme descritivo abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Item	Preço unitário	Preço total
01	35	Par	Bota de PVC, cano médio, cor branca e ou preta, com forro em malha de poliéster, tamanhos variados (34 a 50). Com Certificado de Aprovação atualizado. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
02	100	Par	Botina de segurança, confeccionada em couro vaqueta com curtimento atravessado, 1,8/2,0 mm linhas de espessura, fechamento em elástico, forração em tecido não tecido respirável, palmilha de montagem em poliéster resinado fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), solado em PU / borracha Nitrílica com sistema de absorção de impacto, injetado ao cabedal, com Certificado de Aprovação atualizado. Numeração 33 a 45. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
03	30	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo sapato, impermeável, confeccionado em material polimérico (EVA), solado de borracha antiderrapante, resistente à absorção de energia e ao óleo combustível. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
04	50	Unid.	Capa de chuva, tamanho padrão – M, G e EGG, cor amarela, confeccionada em tela de poliéster, revestido de PVC em ambas as faces, com capuz fixo, manga longa, fechamento frontal por botões plásticos de pressão, costura eletrônica. Com Certificado de Aprovação (CA) do MTE, impresso no material juntamente com o nome do fabricante com CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
05	15	Conj.	Conjunto 50 lavadas, composto por blusão e calça, confeccionados em sarja mista com tratamento hidrorrepelente, boné árabe com viseira, mangas longas do tipo raglan, com fechamento no pescoço em velcro, avental de PVC, calça com reforço em lona de algodão, nylon resinado ou PVC. CA atualizado. Blusão: 29728 Calça: 30124. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
06	200	Unid.	Filtro de proteção respiratória, classe 1, vapores orgânicos, poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida com CA. ▶ TRAZER MOSTRA DO MATERIAL.		
07	200	Par	Luva de segurança, tricotada em fio de algodão e aramida (anti-corte) na palma, dedos e dorso. Revestimento nitrílico granulada da palma e dedos. Punho em helanca. Tamanhos: P,M,G e EGG. Com CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		

08	100	Unid.	Oculos de segurança, em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis. Com Certificado de Aprovação atualizado. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
09	500	Frasco 120 ml	Protetor e bloqueador solar, FPS 30, com repelente de insetos, FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) e CA. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
10	12	Unid.	Respirador semi facial, dotado de 03 (três) aberturas: duas laterais, sendo uma em cada lado dotadas de válvulas de exalação, e a outra em sua parte centro inferior dotada de 01 (uma) válvula de inalação e encaixe do tipo rosca para colocação do filtro. A máscara facial deve vir acompanhada de 01 (um) filtro combinado Químico/Mecânico para vapores orgânicos/gases ácidos + filtro P2 (poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida). Com Certificado de Aprovação. ▶ TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		

Valor global da proposta: R\$ _____ (_____)

Os licitantes deverão apresentar juntamente com a proposta, amostra dos itens para análise e aceitação do produto por parte da Secretaria solicitante. Aquele que não apresentá-la automaticamente estará desclassificado.

Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Prazo de entrega do objeto não superior a 07(sete) dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme as necessidades da Secretaria.

A garantia de qualidade oferecida pelos fornecedores não poderá ser inferior a 12(doze) meses;

Declaração de que os produtos ofertados são 100% (cem por cento) novos e originais de fábrica; Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, com 02(duas) casas decimais.

Declaro que no(s) preço(s) proposto(s) estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o Município de Santos Dumont/MG, e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

_____, ____ de _____ de 2019.

Nome e Ass. do Representante Legal
Carimbo da empresa

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO ART. 27, INCISO V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES.

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 049/2019

"DECLARAÇÃO"

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, que **NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.**

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Nome e Ass. do Representante Legal

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO
E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 049/2019

"DECLARAÇÃO"

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua _____, na cidade de _____, neste ato representado _____ (nome do representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que **INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO** para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Publica de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade firma o presente.

_____, ____ de _____ de 2019.

Obs.: (favor apresentar juntamente ao credenciamento).

Nome e Ass. do Representante Legal

ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2019

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 063/2019
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019

Aos ____ dias do mês de _____ de 2019, de um lado o **Município de Santos Dumont/MG**, doravante denominado **Gerenciador do Registro de Preços**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Carlos Alberto de Azevedo, CPF nº _____, e de outro lado à empresa: _____, CNPJ _____, com sede na Rua _____, Nº _____, Bairro: _____, na Cidade de _____, CEP: _____, representada neste ato pelo(a) Sr.(a). _____, CPF _____, identidade nº _____, doravante denominada **Detentora**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do inciso II do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 9 de junho de 1994 e das demais normas legais aplicáveis, e, ainda, pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decretos Municipais, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO**, do certame acima especificado. Observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

- 1.1 - Constitui objeto desta ata a **Futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para atender o Programa Nacional de Controle a Dengue - PNCD**, conforme descritivo abaixo e especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência, que faz parte integrante deste Edital.
- 1.2 - Integram a presente Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, devendo durante a vigência a Detentora manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprometendo-se a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.
- 2.2 - Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os produtos licitados podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo assegurado, no entanto, às detentoras do registro preferência em igualdade de condições.
- 2.3 - Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com alterações que lhe foi imposta pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, sem que deste fato resulte multa para a Administração.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde e órgãos externos que desejarem aderir.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO

- 4.1 - O preço e marca registrada será ofertada pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 049/2019, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Item	Preço unitário	Preço total
01	35	Par	Bota de PVC, cano médio, cor branca e ou preta, com forro em malha de poliéster, tamanhos variados (34 a 50). Com Certificado de Aprovação atualizado.		

02	100	Par	Botina de segurança, confeccionada em couro vaqueta com curtimento atravessado, 1,8/2,0 mm linhas de de espessura, fechamento em elástico, forração em tecido não tecido respirável, palmilha de montagem em poliéster resinado fixada/costurada junto ao cabedal (processo Strobel), solado em PU / borracha Nitrilica com sistema de absorção de impacto, injetado ao cabedal, com Certificado de Aprovação atualizado. Numeração 33 a 45. ►TRAZER AMOSTRA DO MATERIAL.		
03	30	Par	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo sapato, impermeável, confeccionado em material polimérico (EVA), solado de borracha antiderrapante, resistente à absorção de energia e ao óleo combustível.		
04	50	Unid.	Capa de chuva, tamanho padrão – M, G e EGG, cor amarela, confeccionada em tela de poliéster, revestido de PVC em ambas as faces, com capuz fixo, manga longa, fechamento frontal por botões plásticos de pressão, costura eletrônica. Com Certificado de Aprovação (CA) do MTE, impresso no material juntamente com o nome do fabricante com CA.		
05	15	Conj.	Conjunto 50 lavadas, composto por blusão e calça, confeccionados em sarja mista com tratamento hidrorrepelente, boné árabe com viseira, mangas longas do tipo raglan, com fechamento no pescoço em velcro, avental de PVC, calça com reforço em lona de algodão, nylon resinado ou PVC. CA atualizado. Blusão: 29728 Calça: 30124.		
06	200	Unid.	Filtro de proteção respiratória, classe 1, vapores orgânicos, poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida com CA.		
07	200	Par	Luva de segurança, tricotada em fio de algodão e aramida (anti-corte) na palma, dedos e dorso. Revestimento nitrílico granulado da palma e dedos. Punho em helanca. Tamanhos: P,M,G e EGG. Com CA.		
08	100	Unid.	Oculos de segurança, em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis. Com Certificado de Aprovação atualizado.		
09	500	Frasco 120 ml	Protetor e bloqueador solar, FPS 30, com repelente de insetos, FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) e CA.		
10	12	Unid.	Respirador semi facial, dotado de 03 (três) aberturas: duas laterais, sendo uma em cada lado dotadas de válvulas de exalação, e a outra em sua parte centro inferior dotada de 01 (uma) válvula de inalação e encaixe do tipo rosca para colocação do filtro. A máscara facial deve vir acompanhada de 01 (um) filtro combinado Químico/Mecânico para vapores orgânicos/gases ácidos + filtro P2 (poeira, névoas e fumos metálicos – P2S pesticida). Com Certificado de Aprovação.		

Perfazendo um total de R\$ _____ (_____).

4.2 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados os preços unitários dos produtos, a marca, a qualidade e a validade propostas pela detentora no Pregão Presencial nº 049/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4.3 - **Do equilíbrio econômico:** Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra-contratual, ficando a

cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova material da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- a) Coordenar a distribuição emitindo Atestado de Recebimento na Nota Fiscal/Fatura;
- b) Verificar a qualidade dos produtos em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital;
- c) Verificar prazos de validade;
- d) Verificar condições de acondicionamento;
- e) Contactar a **DETENTORA** quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;
- f) Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

6.1 - O fornecimento do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Os produtos deverão ser entregues nas condições da Cláusula VII;
- b) Somente serão aceitos os fornecimentos feitos de acordo com o contido nas especificações da Ordem de Compras;
- c) Os produtos a serem fornecidos deverão estar apropriados para o uso e com prazo de validade conforme especificado na proposta;
- d) Todas as despesas, dentre as quais os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;
- e) Os danos causados à Administração ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo da **detentora**;
- f) Os produtos devem ser acondicionados, obrigatoriamente, de forma adequada e resistente;
- g) Após o fornecimento, se verificadas irregularidades posteriores, a detentora deverá regularizá-las imediatamente, sob pena de suspensão na tramitação da liquidação da nota fiscal/fatura, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA VII - DO PRAZO, ENTREGA E PAGAMENTO.

7.1-Os produtos a serem utilizados pela Secretaria de Saúde serão repassados por Ordem de Fornecimento e os quantitativos serão conforme as necessidades da Secretaria de Saúde;

7.2-Os produtos deverão ser entregues direto no Almoxarifado da Saúde, sito a Rua Quinze de Fevereiro, nº 1840, Bairro São Sebastião (referência Hospital Samaritano) no prazo de 07(sete) dias a contar da ordem de fornecimento;

7.3-O pagamento dos produtos fornecidos será feito em 30(trinta) dias, diretamente à Contratada mediante a comprovação da entrega e apresentação da Nota Fiscal ao setor competente.

7.4-Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

- a) se disser respeito à especificação, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Em ambos os casos citados acima, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação para regularização da situação, mantendo o preço inicialmente contratado.

7.5-O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) assim que:

- a) Os produtos forem recebidos, juntamente com a respectiva nota fiscal;

b) Os itens solicitados estejam em conformidade com a licitação, tanto no que se refere às marcas apresentadas durante o processo, bem como a qualidade dos itens, devendo-se observar a aparência do produto, embalagens em perfeitas condições (contendo prazo de garantia compatível com o solicitado);

c) Haja respeito às especificações da solicitação, como quantitativo, forma de armazenamento durante a entrega, e afins, satisfeitas as condições de entrega/recebimento e verificação, a respectiva nota fiscal será encaminhada para os setores competentes ao processo de pagamento – o trâmite deverá ser de no máximo 30 dias.

7.6-Eventuais atrasos na entrega do objeto deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.7-A fiscalização e consequente aceitação dos produtos serão executadas por funcionário(a) designada pela Secretaria solicitante, que atuará como responsável e atestará a qualidade dos produtos.

7.8-A Prefeitura Municipal de Santos Dumont reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório. Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos ou imperfeições, substituir de imediato o(s) produto(s), no prazo a ser determinado por esta Prefeitura, sob pena de rescisão do Contrato ou documento equivalente sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

7.9-Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7.10-Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração, tais como frete, tributos, etc.

7.11-É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade do processo de licitação.

7.12-Das notas fiscais deverão constar o nº de conta- corrente do licitante, nº Banco e nº. da agência para fins de pagamento, quando será efetuada a transferência bancária pelo setor competente.

CLÁUSULA VIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

8.1 - As despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo discriminada e, se a vigência da Ata abranger outros exercícios as dotações orçamentárias serão a correspondente ao exercício:

02.28.02.10.304.0016.2170-3.3.90.30.00 – Manutenção da Vigilância Saúde – Ficha 548.

8.2 - O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 65 § 8º da Lei 8666/93

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1-A presente ata contém cláusulas contratuais gerais, as quais deverão ser observadas a cada fornecimento. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão individualizados com o recebimento da Ordem de Compras emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Santos Dumont/MG.

9.2-A(s) detentora(s) da presente Ata de Registro de Preços é obrigada a atender a todos os pedidos do objeto licitado efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega destes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

9.3-Se a qualidade dos produtos entregue não corresponder às necessidades da Administração e dentro das exigências do Edital correspondente, os mesmos deverão ser recolhidos pela detentora com a consequente reposição no prazo de 03(três) dias a contar da notificação. A Prefeitura reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar, procedendo-se o cancelamento da Ordem de Compra e cancelamento unilateral da presente Ata sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA X - DAS PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Contratada, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis.

10.2 - Ficam estabelecidas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência;

10.2.3 - Suspensão dos pagamentos, até a regularização dos fatos geradores das penalidades.

10.2.4 - O prazo para apresentação da defesa prévia das penalidades aplicadas será de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

10.3 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

10.3.1 - 0,33% por dia sobre o valor do empenho, até o 10º dia de atraso na entrega do produto.

10.3.2 - 10% sobre o valor do empenho, no caso de atraso superior a 10 dias.

10.3.3 - 30% sobre o valor do empenho no caso da adjudicatária injustificadamente desistir do fornecimento ou causar a sua rescisão.

10.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser descontado dos pagamentos devidos, sendo automaticamente suspensos os por vir e, caso sejam estes insuficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de guia emitida pela Prefeitura, no prazo máximo de 03(três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

10.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato.

10.6 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.7 - Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

10.8 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração Municipal, em relação a um dos eventos arrolados na condição a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA XI - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II "a" e "b", da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA XII - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A inexecução total ou parcial na entrega do objeto ou quando a proposta deixar de ser vantajosa para a Administração, ensejará o cancelamento da presente Ata, bem como nos casos previstos no art.78 e 79 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

12.2 - Na hipótese de cancelamento desta ata, a administração poderá firmar nova ata com os licitantes remanescentes pelos preços registrados.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão em epígrafe seus anexos, proposta da(s) empresa(s) retro qualificada(s), classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

13.2 - Fica eleito o foro, da Comarca de Santos Dumont/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 10.520/2002, Decretos Municipais e subsidiariamente Decreto Federal nº 7.892/13, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Santos Dumont, ____ de _____ de 2019.

Município de Santos Dumont
Carlos Alberto de Azevedo
Prefeito Municipal

Empresa
Representante Legal
Detentora

Testemunhas:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____